Direito e Ética da Comunicação

Alberto Arons de Carvalho

A revolução tecnológica verificada nos últimos anos no sector da comunicação social tem obrigado os Estados e as organizações internacionais a produzirem abundante legislação, visando dar resposta aos complexos problemas que se suscitam.

Ao mesmo tempo, o poder adquirido pelos media na sociedade contemporânea conduziu a uma acrescida protecção dos direitos da personalidade, centrada em bens jurídicos autonomizados como a imagem, a palavra ou a reserva da vida privada e familiar.

Deste modo, quase todos os ramos do Direito conhecem desenvolvimentos específicos nesta área, em matérias tão diversas como o direito de autor, o acesso aos documentos da administração, as telecomunicações ou a publicidade, entre outras.

A dispersão e a complexidade do quadro normativo da comunicação social, com uma crescente importância da legislação supranacional, dificultam uma reflexão sobre este sector, a quem se reconhece um papel essencial na formação da opinião pública e um lugar destacado na actividade económica nacional e internacional.